

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

---

VOL. 18 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1998

# A CASA E A RUA: FRUTO DO TRABALHO SOCIAL OU LOCAL DE DOMINAÇÃO?

João Carlos de Oliveira\*

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa baseada numa discussão sobre a casa e a rua, mostrando claramente as dificuldades e os conflitos que podem existir nesses territórios. Os dados obtidos, com ênfase nas respostas às questões “para quê” e “para quem”, permitem definir os limites da sociedade e identificar a casa e a rua como locais possíveis para a emancipação humana.

---

UNITERMOS: Casa/Rua/Segregação Sócio-Espacial

## ABSTRACT

This study presents the results of based on a discussion about the question of the house and the street, as a fact which is based on a part of the humanity history, where we look for the essential to become clear the difficulties of the territorial conception. On which we show the house and street for whom and for what, and in this way, who knows, this facts can explain the society limits and can be determined as a transparent place for human emancipation, even if this facts is totally connected with laws but also with the social of production and distribution of riches. All the facts united are used in searches as well as minds citations from great studios to illustrate and emphasize this work.

---

KEY WORDS: House/Street/Social-Space Segregation

---

\* Graduado em Geografia, Mestrando em Planejamento Urbano (FAU/UnB), Professor de Geografia na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá, Goiás (1989-1992), Professor Substituto (1995-1996) de Geografia (Degeo) na Universidade Federal de Uberlândia, Professor de Geografia (Colegial e Pré-Vestibulares) no Colégio Nacional de Uberlândia, Minas Gerais, em 1997.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho caracteriza uma discussão sobre a casa e a rua, como fato que fundamenta uma parte da história da humanidade, tentando desmitificar determinados concepções existentes nestes espaços territoriais.

Aqui cabe uma melhor discussão do que representam a casa e a rua: eles são frutos do trabalho social ou locais de dominação?

Com certeza, em determinados momentos, estaremos reproduzindo o óbvio, mas não desejamos cair no imobilismo do *status quo*. Os equívocos muitas vezes apresentados nos parecem absurdos (o que talvez dispensaria qualquer comentário), mas nos servem como uma séria advertência para procurarmos a eliminação de uma falsa história, como construção dos espaços.

Esta falsa história, muitas vezes, nos proporciona energia para podermos refletir e lutar contra determinadas falsidades ideológicas apresentadas na construção da casa e da rua: a casa como sagrado e a rua como profano.

Desejamos apresentar aqui um panorama do que significam os meandros da casa e da rua, principalmente porque a sociedade constrói o seu espaço, mas este espaço representa um processo que não explica a utopia da glorificação que a sociedade do trabalho construiu para dignificar a idéia de uns poucos (a casa própria).

Portanto, há aqui no bojo das discussões uma grande preocupação: casa e rua para quem e para quê? Respondendo a estas questões, quem sabe tanto a casa como a rua possam expressar as externalidades da sociedade e possam ser lugares de maior transparência da emancipação humana, apesar do que afirma Marx (Konder, 1981, p. 39): “A verdadeira emancipação humana exige a transformação não apenas das leis mas do sistema social de produção e distribuição das riquezas”.

Em suma, a casa e a rua podem representar a expressão máxima de um sistema de produção que, ao mesmo tempo, (re)produz a exclusão e procura incluir a sociedade para o consumo de um sonho.

Por um lado, um sonho que representa o sonho da casa própria e que é, por outro lado, um sonho muito próximo da miséria, da fome, das doenças, da penalização, da dor, do esforço, do sonho etc.

E aqui o relógio moral e o trabalho têm a competência de glorificar a idéia da construção da casa e da rua, como concepção ideológica da prosperidade do mundo urbanizado.

Portanto, a *disciplinarização* na casa e na rua cria um cotidiano que instrumentaliza o produto político, econômico e ideológico das pessoas que habitam os espaços (não) construídos.

Enfim, há uma busca necessária, para resgatar a justiça social e a dignidade que podem existir tanto na casa como na rua.

## 2. A NECESSIDADE DOS ESPAÇOS

### 2.1. A casa e a rua: a construção pela sociedade

Ao longo da história da evolução da sociedade humana, o homem tem procurado registrar a sua própria história. Este processo se deu com o aperfeiçoamento dos instrumentos de defesa, de comunicação e de trabalho. Cabe aqui considerar a importante evolução do cérebro humano, da posição quadrúpede para a posição bípede, o que faz lembrar o documentário de Jorge Furtado, *Ilha das Flores*.

A posição bípede do homem libera as suas mãos para a construção e para o aperfeiçoamento dos seus instrumentos de trabalho e de defesa, a princípio condicionados à coleta, caça e pesca.

Na verdade, estes foram os primeiros passos do homem em direção ao domínio da natureza, caracterizando a “mercantilização e comercialização” dos recursos naturais em benefício de poucos.

A utilização dos elementos da natureza limitava-se ao sustento da economia dos membros da comunidade, principalmente os grupos com estreitos laços com a natureza, como *os pueblos*:<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Segundo Rapoport (Romero, 1988, p. 56), a palavra *pueblo* se aplica a uma grande diversidade de abrigos em desfiladeiro, planalto ou vale e a inúmeros grupos tribais e lingüísticos que se desenvolveram no Sudoeste dos Estados Unidos a partir do século VI, numa região árida de extremos climáticos, verão quente e seco e noites frias no inverno.

Nunca se mata mais do que o estritamente necessário, e todas as partes do animal devem ser utilizadas. Analogamente, apenas se colhe o número de plantas necessário para o consumo. (...). A propriedade de alguns bens é comunal; nenhum indivíduo pode exercer propriedade sobre as árvores, a água e outros elementos da natureza. (Romero, 1988, p. 60)

Na medida em que o tempo vai passando, o ambiente, até então mais natural do que social, sofre profundas transformações, representando um processo de acumulação de capital e de pessoas. O marco da apropriação da natureza, de delimitação do território e de avanço das fronteiras começa a se estabelecer.

De uma comunidade que vivia num sistema nômade e dependia da própria natureza para sua sobrevivência e para suprir as suas necessidades, passou-se para a concentração dos membros em aldeias.

Seria o nomadismo uma forma de representação da liberdade, de oportunidades de conhecer novos territórios, avançar fronteiras sem conflitos?

A concentração em aldeias, com certeza, teria outro objetivo, que seria o de delimitar o território, evitar o desperdício de tempo que ocorre quando se ocupa o espaço no seu limite máximo.

O abastecimento alimentar se dava com a plantação, cultivo e aperfeiçoamento, através da seleção de sementes, ervas, raízes, árvores etc. Domesticavam-se os animais e os seus semelhantes, colocando-os sob a sua dependência, em troca de alimentos, proteção e previsão do que se podia fazer.

Com a evolução e conquistas dos movimentos migratórios, acredita-se que a *difusão de novas idéias e ideais* tenha derrubado e imposto determinados comportamentos aos membros da aldeia e, obviamente, delimitado e caracterizado mais especificamente seus territórios.

As comunidades que viviam em aldeias apresentavam determinados padrões de comportamento e desenvolviam certas práticas como o processo monogâmico entre as famílias, cuja moral ficava suprimida das proibições.

O homem das cavernas adaptava o seu espaço a uma realidade de prestígio e posição social.

Hoje os espaços construídos procuram caracterizar um cotidiano e uma manipulação ideológica e política, instituídos pelos presságios e pressupostos do relógio moral, a ponto de demonstrar e formalizar uma organização social.

O que significam a casa e a rua, para satisfazer as necessidades das pessoas a partir de um universo moralista e excludente?

Enquanto a casa é o abrigo, o santuário, a rua é o inverso, o inferno, o lugar do não-lugar, o espaço perverso que ensina as más lições, os aspectos pornográficos vivenciados na casa e na rua.

A rua é comumente vista como o lugar da perdição, do abandono, do disperso. Coisas da rua! Gente de rua! No olho da rua! Arruaceiro! Rua!

A casa é o bem, o sagrado, o significado dos bons fluidos, dos bons costumes. Mas quando a moça é expulsa de casa, por ter perdido a virgindade, a sua proteção e abrigo é a casa de prostituição, ainda que seja considerado o local mais perverso da nossa sociedade moralista, o profano, o imundo mundo da rua. Mas não é uma casa?

São muitas as conotações negativas atribuídas à rua. A casa, no entanto, aparece como um espaço que resguarda a vida, que protege e anima, que reproduz, em todas as dimensões geográficas, a moral. A reprodução humana só pode(rá) ser efetivada entre as paredes de uma casa.

Onde se encaixariam, então, as casas de prostituição? Afinal, elas não são casas também? Mas são imorais? Incomodam, porque colocam em questão o bom caráter dos que habitam as casas?

O mundo moderno urbano-industrial tem constituído a casa e a rua como o lugar do desespero, da brutalidade, da loucura cotidiana, da violência sexual, da bebedeira, do desencanto, do desamor, da individualidade. É grande a parcela da população nas cidades que mora em habitações exíguas, precárias e insalubres, e que sobrevive com extrema dificuldade.

Por outro lado, como explicar a distorção de pessoas asseadas, que moram em casas limpas e arrumadas, viverem em cidades de ruas tão sujas?

Esta sujeira é produzida pela própria população. Não é por acaso que aparelhamos nossas casas com equipamentos eletroeletrônicos e não atendemos qualquer pessoa.

Na miséria não há privacidade (aqui não significa privar a propriedade por um espaço). A miséria não cabe nos barracos (apesar de o barraco representar uma rápida solução, senão a única saída para se morar), o que influencia no íntimo das pessoas, pois torna o espaço da casa muito ostensivo, um ambiente pesado em determinados momentos, em que o sofrimento é muito presente. Marca registrada da favela, do subúrbio, da periferia.

Se a casa resguarda a intimidade das pessoas, a rua caracteriza o sofrimento, o perigo, um cenário competitivo, violento, nada idílico, espaço constituído de acusações à sociedade que os (re)produzem e ao mesmo tempo os teme.

Somente em determinados momentos – procissões, paradas cívicas, festas populares, carnaval etc – a rua é constituída de festividades, onde não há medo. A funcionalidade do sistema de produção funciona muito bem (comércio, trabalho, compra, venda, serviços e lutas), ou seja, a rua pode ser vista como múltiplas e simultâneas identidades.

Será que a rua pode ser considerada, nesta caracterização, como idealização social nas acepções de uma funcionalidade para a emancipação humana? Talvez possa ser assim considerada, visto que, nas lutas democráticas, as ruas apresentam um padrão de transparência, de oportunidades diversas.

Mas a rua pode ser considerada como o espaço por onde circulam resultados do sistema produtivo, como o automóvel, que determina as regras do caminhar, do trafegar, do procurar novos caminhos e novos espaços.

Com o advento da era maquinista (e a Revolução Industrial pode ser considerada o máximo do processo), passaram a existir provocações imensas, perturbações no comportamento do homem. Podemos até dizer que o caos penetrou nas ruas das cidades (caos urbano, caos no transporte, caos ambiental etc).

Hoje a casa e a rua, como estão estabelecidas, não pertencem a todos, embora sejam um espaço público, mas com regime privado e de prisão (e proibição).

Como em todas as atividades que se desenvolvem nas ruas, há uma enorme concorrência, expolição e, sobretudo, segregação sócio-espacial e degradação ambiental.

Vejam-se as lutas travadas entre a população e os poucos espaços reservados nas ruas, com camelôs, comerciantes, buzinas dos veículos, vendedores ambulantes, trânsito lento, calçadas irregulares, propagandas induzindo os consumidores, privatização dos espaços públicos etc.

E, neste caso, a casa e a rua são marcados por uma territorialidade, pressupondo *conflitos* e *domesticação*, o que resulta na maioria das vezes no *uso da força*, e só através dela (força e força) é que são resolvidos determinados conflitos, com a expulsão dos mais fracos e não organizados em grupos.

Assim, a casa e a rua passam a ter uma dimensão política, exatamente porque "tem a ver com tudo aquilo que signifique o uso do poder para instituir uma certa ordem de coisas ou para corroer uma ordem vigente" (Morais, 1985, p. 28).

Assim o cotidiano das pessoas, na diversidade das condições sociais de existência, na rua e na casa, estrutura profundamente a personalidade dos diferentes segmentos da sociedade; por isso, o antagonismo entre a casa e a rua, ou a confusão entre eles. E nesse contexto as diferentes relações sociais das pessoas na casa e na rua nem sempre são funcionais.

Em determinados segmentos sociais, por exemplo, a história de vida mostra que as casas servem para internalizar a violência, a perversão e a crueldade, fazendo com que inúmeras famílias procurem a rua como *abrigo*, expondo-as a terríveis condições que desvalorizam a emancipação humana.

As crianças e os adolescentes se exilam na rua e rompem com a casa, exatamente porque, de um lado, a rua é o lugar de todos, é cheia de gente, e talvez lhes dê segurança.



Por outro lado, existe o cenário competitivo da sociedade, que reproduz violência, egoísmo e individualismo, temerária dos espaços ocupados pelos próprios semelhantes, seja na casa ou na rua.

A solução aparece com a segregação sócio-espacial, de maneira fria, cruel e tranqüila, característica da maioria das casas de recuperação, clínicas de repouso, hospitais, casas de convivência, prisões, conventos etc, exatamente porque "a violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma; suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes" (Morais, 1985, p. 33). Ou

porque muitas vezes estendemos ao convívio social os pavores que se originaram na 'ditadura familiar' ou nos muitos desencontros caseiros, vivemos pelas ruas a expansão de uma certa 'psicologia do descrédito', isto é: é preciso que todos desconfiem de todos. (Morais, 1985, p. 23)

Se esta população da rua continua constituindo um processo temerário para a sociedade, ou se as casas apresentam ambientes insalubres, encontramos as propostas de organização e bem-estar.

Estas propostas são executadas através de um *urbanismo sanitaria*, ou seja, projeta-se uma cidade ideal, onde se deseja que a sociedade se comporte idealmente, para construir uma sociedade e uma cidade ideais.

Embora a casa e a rua sejam espaços públicos, eles apresentam uma profunda territorialidade, como domesticação.

São considerados públicos quando houver disputa dos poucos espaços disponíveis, ou dos serviços oferecidos por estes espaços.

Esta questão de territorialidade pressupõe a busca da identidade perdida, o que tem representado conflitos em toda dimensão, como o uso do espaço, seja na casa ou na rua.

Esta identidade está na procura do seu rosto, no reconhecimento de pessoas úteis, que produzem, que consomem (ou pelo menos têm vontade de consumir). Afinal, existem razões que levam os cidadãos a admitir de si próprios uma imagem monstruosa e a alterar o seu comportamento.

Quando alteramos nosso comportamento, estamos fora dos padrões de moralidade, e isso requer urgente internação em casas de repouso, em reformatórios, ou seja, refúgio em ambiente que não incomode a normalidade e a moral. É necessário o 'olho' do poder, como forma de caracterizar a competência do poder e do saber.

Mas é dentro de casa que esta territorialidade de controle, físico e político, está mais explícita.

Há um exercício de poder nos lares, que procura instituir uma ordem e mantê-la. Na intimidade de nossas casas haverá sempre a vontade dos mais poderosos definindo o andamento familiar. A vontade dos mais poderosos determina, por exemplo, de que modo deve ser usado o espaço da residência; e vai determinando outras coisas: como deve ser o horário de banho e as refeições, a que horas as crianças devem dormir etc. Enquanto isto, os desejos dos mais fracos aguardam as permissões para o seu cumprimento. (Morais, 1985, p. 29)

A questão da casa e da rua envolve toda uma arena de disputas políticas; por isso, é necessário delimitar o território, enfim, contribuir para a definição (ou perda) de uma identidade. A rua é o perverso, o profano; a casa é o sagrado, o bom.

Se a casa é o espaço da proteção e das reservas, então por que as pessoas saem de casa e passam a morar na rua? A bem da verdade, saem de casa por muitas razões, mas sobretudo por buscar sobreviver, não interessando de que forma.

Os que vivem na rua, com poucas reservas, sempre são rejeitados e constituem ameaça. A multidão nos mete medo, é perigosa, é violenta. É bandido quem bate na porta da casa. Incomoda a nossa tranqüilidade, invadindo a nossa privacidade. Então, o que fazer, qual a melhor opção?

Normalmente, preferimos dar dinheiro, sobras de alimentos ou roupas. Mas há outras opções: podemos chamar as autoridades competentes para retirar os "marginais" ou contratar seguranças particulares (ou grupos de extermínios) para dar um fim aos intransigentes.

O custo social para as pessoas que buscam sobreviver na rua, não interessando a forma, é muito grande, principalmente pelos jovens. É esse custo, em grande medida, é pago por nós, só que em diferentes escalas.

É muito diferente um(a) jovem filho(a) de um empresário, que estuda, se diverte e não tem obrigação alguma de prover sobrevivência, daquele(a) filho(a) de operário que precisa incorporar renda ao orçamento familiar, cuja única saída é a busca da renda na rua.

Os dois grupos de jovens diferem tanto na questão da construção social como na grande perversidade da territorialização das pessoas. Enquanto uns "herdam o destino" de massacrados e explorados trabalhadores, outros herdam o patrimônio, o destino e o futuro de serem patrões, mandantes e exploradores.

Segundo Morais (1985, p. 45), não podemos banalizar a marginalidade, porque "não temos o direito de esperar um comportamento brando por parte das pessoas em grupo que, como vimos, as aliena dos seus semelhantes e as expropria de si mesmas".

## **2.2. A casa e a rua: produto de uma ordem econômica e política ideológica**

Este ensaio corresponde a um conjunto de preocupações e inquietações, e procura configurar um instrumento da práxis de dominação e de alienação social da sociedade.

Num mundo urbano-industrial, praticamente homogeneizado pelas práticas produtivas do homem, fica cada vez mais difícil ignorar as conseqüências do cotidiano das pessoas, nas casas e nas ruas. São esses espaços que incrementam as forças e as energias dos instrumentos de trabalho.

Segundo Chauí (1986, p. 88), é neste caso que precisamos tomar muito cuidado, exatamente porque,

quando se diz que o trabalho dignifica o homem e não se analisam as condições reais de trabalho, que brutalizam, entorpecem, [certamente estar-se-á explorando] certos homens em benefícios de uns poucos. Estamos diante da idéia de trabalho e não diante da realidade histórica social do trabalho.

É por isso que a casa e a rua são inevitáveis no processo de transformação social. A sua práxis, no entanto, materializa e dimensiona dupla face: ao mesmo tempo em que humaniza o homem, emancipando-o, sistematiza a desumanização, complementando assim a alienação.

Tudo passa a ser normal, numa concepção de caos e desordem, em que a casa desempenha bem o seu papel, impondo uma construção, uma produção, uma disciplina e uma moral; isto porque a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço (Foucault, 1984, p. 130).

Não resta a menor dúvida de que há uma tendência de hostilidade na casa ao reproduzir intenções de garantia absoluta, ou seja, "há um exercício de poder nos lares, que procura instituir uma ordem e mantê-la" (Morais, 1985, p. 29). Ou mesmo, "as casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros altos para dentro dos quais triangulam cães de guarda" (Morais, 1985, p. 12).

Na questão da *disciplinarização* cotidiana das pessoas no seu mundo do trabalho, talvez a casa seja a organização industrial mais antiga, que teria desenvolvido sua estrutura particular de controle. É lógico que há aqueles locais que são mais especializados na reprodução ideológica do controle social, do poder e do saber.

Na verdade, a escola, enquanto espaço das idéias e do saber, reproduz na rua e na casa o exercício da força, do silêncio, da difusão de normas de conduta, mantendo atitudes defensivas constantes, marcadas por idêntica ferocidades.

A constatação de que a casa e a rua especializam e espacializam a dimensão concreta do caráter produtivo e disciplinar em diferentes intensidades, leva-nos à uma conclusão (mesmo que seja óbvia) da complexidade particular e universal de toda generosidade do sistema utilitarista que envolve e manipula a vida das pessoas.

E neste processo a rua passa a ocultar a miséria e outras mazelas sociais, principalmente quando o poder do capital se propõe a limpar o lixo das ruas, a realizar grandes obras e reformas mirabolantes, como forma de esconder a pobreza, que acaba por revelar a surpresa e o conformismo entre as pessoas e, com certeza, "o futuro é um cofre onde

estão guardadas todas as possibilidades, e uma coisa é indiscutível: o tamanho real do futuro não pode ser definido pelo tamanho do momento imediato que estamos vivendo" (Morais, 1985, p. 108).

Na luta pela sobrevivência, a casa passa a ser uma enorme fortaleza, constituída de equipamentos de segurança para a defesa do seu mundo apropriado de um saber e de um poder. Na rua estamos expostos à luta, à defesa de uma evidente fragilidade social, à brutalidade da vida entre as pessoas. Precisamos conquistar o espaço da sobrevivência.

A casa e a rua projetadas (pensadas, desenhadas e (des)construídas) apresentam e reforçam as suas muralhas na divisão social e do trabalho, como necessidade de criar novos espaços, inerentes à própria modernidade, vinculados a uma ordem estreita, ao racionalismo, a padrões e tipologias.

É evidente que estes pequenos conflitos existentes entre a casa e a rua estão nas bases de uma realidade política, econômica e ideológica. Ao que tudo indica, desde os primórdios da sociedade humana na superfície terrestre assistimos a uma luta do homem se organizando através de diferentes mecanismos, apoiados em ri(s)cos ataques e conflitos, entre amigos e inimigos.

A grande questão é encontrar novas formas de organizar e ocupar os espaços da casa e da rua, o que tem revelado determinados fenômenos sociais e múltiplas escalas de cada espaço construído, destruído ou desconstruído.

Em suma, é preciso evidenciar os diferentes processos de diferenciação e segmentação na casa e na rua, e, mais do que isso, as capacidades atribuídas a esta espacialidade: o espaço produtivo, o espaço disciplinar e o espaço simbólico, como possibilidades de (re)criar novos territórios no relógio moral, exatamente por pretender o bem-estar, o estar bem e o bem.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA BUSCA NECESSÁRIA

O padrão competitivo já incorporado nesta sociedade urbano-industrial programou os destinos dos grupos sociais, sejam eles

mandantes e/ou mandados, só que em diferentes escalas na rua e na casa.

Os que podem estão destinados ao mundo contemporâneo e são desde cedo preparados para exercer os diferentes papéis já definidos, com elevado grau de competência, bem como para escolher oportunidades quando crescer. Sua imagem está previamente traçada e não pode ser maculada.

Por isso, os ricos são sábios; sabem que não podem procriar em demasia, para preservar a imagem da família na rua e em casa, ou seja, há propósito dos ri(s)cos em não dividir os espaços herdados ou adquiridos.

A imagem dos que não podem decidir o seu futuro é um enigma proposto por uma sociedade fundamentada não na justiça social, mas na justiça pelas próprias mãos. A sua presença na rua incomoda, mais ainda quando se aproximam das casas; eles oferecem medo. É o lado sujo da sociedade, o lado irrecuperável; são os restos da não-apropriação, ou os desapropriados do mundo da produção – sem lenço e sem documento.

Aí os ricos, como são mais espertos, são os detentores do saber e do poder. São eles que tomam decisões e têm sempre propostas de controle e excessos, como o controle da natalidade e até propostas extremistas e gritantes, como o extermínio e a pena de morte.

Se a violência dos mais fracos é a violência com as próprias mãos, e a brutalidade, "a violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma; suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes". (Morais, 1985, p. 33)

Em suma, triste é o fim do povo que condena e confina o seu próprio semelhante na casa e na rua. Mais triste ainda é considerar o próprio povo como seu maior problema e inimigo.

A saída é a socialização dos meios de produção, do consumo, do saber e do poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *Poética do desvaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

- CASSETI, Valter. Relações homem-natureza e suas implicações. *Ambiente e apropriação do relevo*, São Paulo: Contexto, 1991, p. 10-27.
- CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHILDE, Vere Gordon. *O que aconteceu na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- \_\_\_\_\_. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- DECCA, Edgar de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global, 1986.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUATTARI, Félix. *Revoluções moleculares: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- INGRAM, David. *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: EDUnB, 1993.
- KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MATTA, Roberto da. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980.
- MORAES, Antonio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROMERO, Marta Adriano Bustos. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. São Paulo: Projeto (P.W.), 1988.
- SANTOS, Teotônio dos. Homem e natureza. *Forças produtivas & relações de produção: ensaio introdutório*. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 18-25.
- MUNSTER, Arno. *Ernest Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Unesp, 1993.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Armando Correia da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.



